



Inércia, mobilidade e mobilização social

MARCELO NERI

*Chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e da EPGE/FGV
mcneri@fgv.br*

O que mais impressiona na trajetória de Lula, de garoto pobre de Garanhuns até a presidência, é o fato de nunca ter ingressado nos bancos universitários

A alvorada do governo Lula da Silva trouxe surpresas. Talvez a maior, por não ser econômica, mas social. Lula não quer tornar o Brasil diferente dos países desenvolvidos, pelo contrário, visa torná-lo mais parecido, enfrentando a principal diferença, que é a desigualdade. O combate à miséria ficou fora da agenda dos candidatos durante o período eleitoral. Lula não pode ser acusado nem de oportunista, nem de inerte, pois levantou a bandeira contra a miséria no discurso da vitória. O projeto Fome Zero foi a prioridade inicial do presidente Lula, como fora o Plano Real para seu antecessor. Lula quer dar um choque na miséria, comparável ao dado pelo Plano Real na inflação há quase uma década.

A inércia da iniquidade brasileira é mais forte que a da inflação. A inflação inercial era um fenômeno de bases anuais, enquanto a desigualdade inercial se transmite entre gerações, em particular pela passagem de escolaridade, ou da falta de escolaridade, de pai para filho. Estudo recente de Sérgio Ferreira e Fernando Velloso, do BNDES e do IBMEC, respectivamente, demonstra que o grau de transmissão da desigualdade educacional entre pais e filhos é muito alto no Brasil (68%), se comparado com o dos Estados Unidos (30%). O grau de mobilidade intergeracional de educação no Brasil é menor do que o observado em países desenvolvidos e em nações em desenvolvimento, com exceção da Colômbia (tabela 1).

Pais & filhos — Outra conclusão da pesquisa mostra que a educação dos pais desempenha um papel importante na determinação do grau de escolaridade dos filhos. A probabilidade de um filho continuar sem escolaridade é de 33,85% quando seu pai também não completou um ano de estudo. Já para filhos de pais com ensino superior, este percentual cai para menos de 1%, tendo a maior probabilidade (60,02%) de repetirem o desempenho da geração anterior (tabela 2).

Cabe lembrar que desigualdade educacional explica, por sua vez, entre 35% e 45% da nossa desigualdade de renda, segundo a extensa literatura brasileira que nasce a partir do trabalho seminal de Carlos Langoni, da FGV. Em trabalhos recentes exploramos alguns aspectos adicionais da estreita relação existente entre mobilidade educacional e renda nas metrópoles. As médias de anos completos de estudo dos chefes de famílias pobres e não-pobres correspondem a 4,7 e 6,6 anos, respectivamente. Similarmente, as esposas das famílias pobres apresentam também uma média de dois anos a menos de escolaridade do que as esposas

na população não-pobre, 4,6 e 6,5 anos, respectivamente. Mesmo quando comparamos famílias cujos chefes possuem a mesma escolaridade, sexo, raça, idade, estrutura familiar entre outras variáveis observáveis, a influência da educação do pai e da mãe dos chefes de domicílio na pobreza permanece altamente significativa.

Educação e renda estão intimamente relacionadas não só nos seus níveis como nos seus movimentos. Em particular, o fato de um indivíduo estar acima da linha de miséria está associado à sua capacidade de superar a educação de seus pais: 45,5% dos chefes não-pobres têm educação maior do que a mãe, contra 38,1% dos pobres. Índices similares são encontrados para a educação do pai e da mãe do chefe e do cônjuge. Complementarmente, um indivíduo que se encontra abaixo da linha de miséria também possui maiores chances de sair desta situação com o apoio dos bancos escolares. As probabilidades de saída da pobreza num intervalo de um ano em uma família cujo chefe tem anos completos de estudo acima da mediana é de 28,18%, contra 21,51% daquelas com chefes que possuem baixa escolaridade.

A tese de doutorado de Valéria Pero, da UFRJ, revela um razoável nível de mobilidade ocupacional no Brasil (tabela 3). Cerca de 70,3% encontravam-se em estratos ocupacionais diferentes de seus pais, contra 58,3% observados na estatística de 20 anos antes. O problema é que a mobilidade ocupacional é alta por construção, sendo 65% determinada por movimentos migratórios do campo para a cidade. Além disso, conforme aponta a autora, os movimentos ocupacionais são, geralmente, de curta extensão, onde muitos sobem pouco e poucos sobem muito na escala ocupacional. Isso difere muito do padrão de mobilidade dos Estados Unidos embutido no sonho americano, eternizado na novela *The Great Gatsby*, de Scott Fitzgerald.

As trajetórias de vida dos atuais presidentes dos Estados Unidos e do Brasil são atípicas. Se um marciano chegasse à Terra para analisar a cadeia de sucessão presidencial norte-americana nos últimos anos acharia que os EUA estariam num regime de baixa mobilidade ocupacional, onde a presidência é passada de Bush pai para Bush filho no decurso de alguns anos, uma quase monarquia, diria o alienígena. Ao passo que a trajetória de Lula pode ser considerada o milagre da ascensão social no

país que ocupa lugar no pódio mundial da desigualdade há pelo menos quatro décadas. O filho de analfabetos que sai da pobre Garanhuns até a presidência. Mais do que o salto ocupacional de Lula em relação aos seus

Tabela 1 – Transmissão da desigualdade educacional

	(%)
Malásia	19
Alemanha	20
Estados Unidos	35
México	50
Peru	50
Brasil	68
Colômbia	70

Fonte: Velloso e Ferreira (2003) a partir da PNAD 96/IBGE.

Tabela 2 – Probabilidade da escolaridade do filho contra a dos pais

Pai \ Filho	Filho					
	Sem escolaridade (%)	Ensino primário (%)	Ensino fundamental (%)	Ensino médio (%)	Ensino superior (%)	
Sem escolaridade	33,85	18,49	5,65	4,20	1,08	
Ensino primário	2,78	15,67	15,15	22,00	11,59	
Ensino fundamental	1,38	4,07	13,71	28,78	24,44	
Ensino médio	0,37	1,76	6,48	32,56	35,8	
Ensino superior	0,75	0,90	3,77	16,19	60,02	

Fonte: Velloso e Ferreira (2003) a partir da PNAD 96/IBGE.

país, a façanha é ter atingido o ápice profissional brasileiro sem nunca ter ingressado nos bancos universitários.¹

Ação social — A transmissão da desigualdade de renda ao longo do tempo depende, em última instância, da mobilidade na posse de ativos produtivos (educação, terra, crédito etc.). As mudanças necessárias na distribuição de riqueza requerem tempo para operar. Agora, tal como na luta contra a inflação inercial, é preciso acelerar o processo, desindexar a desigualdade, romper com o passado incorporado nos estoques de riqueza presentes. É necessário atuar diretamente nos fluxos de renda, dando o peixe e ensinando a pescar simultaneamente. De forma que estoques de riqueza e fluxos de renda caminhem na mesma direção, desde já.

O Fome Zero é uma política de renda com uma grande qualidade e um grande defeito. A qualidade é a capacidade de mobilizar a sociedade, atributo herdado das ações pretéritas de Josué de Castro, autor de *Geografia da Fome* nos anos 40, e de Betinho, criador da Ação da Cidadania contra a Miséria, a Fome e pela Vida. Hoje, o combate à miséria habita corações e mentes dos brasileiros. Outro feito de Lula.

Mas boas intenções e propaganda não bastam. Mais do que operacionais, os problemas do Fome Zero foram de concepção. Buscou-se um combate literal à fome cerceando a liberdade do pobre escolher o que podia, ou não consumir. A tentativa era aumentar a produção agrícola e a capacidade de geração de renda locais. O Fome Zero incorreu no pecado original: o de reinventar a roda. A ânsia de mudar desprezou avanços na estrutura de combate à pobreza feitas nos últimos anos. O projeto Alvorada de FHC, ainda que tardio e mal divulgado, incorporava alguns elementos da melhor tecnologia disponível, algumas já conhecidas pelo PT. Por exemplo: transferências condicionais de renda, segundo qual o pobre deve dar uma contrapartida social aos pagamentos que o tornará menos pobre no futuro. O Bolsa-Escola é um subsídio à educação focado nos pobres, num país onde o Estado acostumou-se a apoiar a acumulação de capital físico das elites através de crédito subsidiado. É certo que

o Alvorada continha limitações, mas ao invés de fazer *upgrades* na estrutura anterior, a opção inicial foi mudar o rumo da política social, causando involução nas práticas sociais.

A unificação dos programas sociais representa uma tentativa de retomar o uso de

tecnologias sociais de ponta, dar maior consistência e sistematicidade às ações do governo federal. A criação do Bolsa-Família, composto de diferentes programas de transferência de renda, busca convergência de resultados, assim como a formação do cadastro social único, uma espécie de censo operacional das políticas sociais. Mais recentemente, a integração das secretarias do Bolsa-Família, do Fome Zero com o Ministério de Assistência Social no Ministério do Desenvolvimento Humano e de Combate à Fome, sob a regência de Patrus Ananias, revela renovado empenho em unir diferentes práticas presentes e passadas para então avançar. O nome do Ministério de Desenvolvimento Humano guarda a promessa da modernização das ações sociais dando continuidade à linha inovadora do Fundo de Erradicação da Pobreza do Congresso Nacional, do Alvorada de FHC e do Bolsa-Família de Lula. Já o sobrenome do novo ministério, Combate à Fome, tem o DNA da mobilização social herdado de Josué de Castro, de Betinho e do próprio Lula, combatendo o principal aliado da desigualdade inercial: a indiferença com a diferença. ▣

O nome do novo Ministério de Desenvolvimento Humano guarda a promessa da modernização das práticas sociais. Já o seu sobrenome, Combate à Fome, revela o DNA da mobilização herdado de Josué de Castro e Betinho

¹Tipicamente os canais de ascensão ocupacional de pessoas com baixa escolarização no Brasil seriam o esporte e o *show business*, a recente redemocratização brasileira parece ter criado outra via: a política. Referências:

LANGONI, Carlos Geraldo. "Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil", Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1973.

NERI, Marcelo, *et alli*. "Los Activos, los Mercados y la Pobreza en Brasil" no *El Trimestre Económico*, V. LXVI (3), Nº 263, pp. 419-458, México, Julho-Setembro de 1999.

NERI, Marcelo, AMADEO, E. J., CARVALHO, A.P. "Assets, Markets and Poverty in Brazil", em *Portrait of the Poor – An Assets-Based Approach*, organizado por Orazio Attanasio e Miguel Székely, IDB, Washington, pp 85-112, 2001.

PERO, Valeria. "Tendências da mobilidade social no Rio de Janeiro." Tese de doutorado, IE-UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

VELOSO, Fernando, FERREIRA, Sergio. "Mobilidade Intergeracional de

Educação no Brasil" – em breve na revista "Pesquisa e Planejamento Econômico", do Ipea.

Marcelo Neri, Chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, é autor dos livros: "Retratos da Deficiência no Brasil", "Cobertura Previdenciária: Diagnóstico e Prescrições de Políticas" e "Ensaio Sociais", publicados em 2003. (www.fgv.br/cps).

Tabela 3 – Mobilidade ocupacional entre gerações (%)

	1976	1988	1996
Imobilidade	41,6	30,8	29,7
Descendente	11,5	11,8	14,7
Ascendente	46,9	57,4	55,6
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: PERO (2001) a partir das PNADS 1976, 1988 e 1996/IBGE.